

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Referência: Informação nº 465/2024 – SEGEDAM, de 13.11.2024 (e-DOC E981996B).

Sumário: O Secretário-Geral de Administração solicita as medidas administrativas voltadas à participação da servidora Tayná Paiva de Aquino, matrícula nº 1953, no curso “Imersão Exclusiva em Inteligência Artificial (I.A.)”, a ser realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, das 09h às 17h, em Goiânia/GO, conforme Requerimento (e-DOC BC02F47A). O valor da inscrição é de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Caso autorizada a participação da servidora no evento em tela, caberá ao Tribunal a despesa com inscrição, aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias. Assim, considerando que o evento está correlacionado com as atividades do setor de lotação da interessada, solicita autorização para a participação da servidora no referido evento.

DESPACHO Nº 3425/2024 – PRESIDÊNCIA

Autorizo a participação da servidora Tayná Paiva de Aquino, matrícula nº 1953, no curso “Imersão Exclusiva em Inteligência Artificial (I.A.)”, a ser realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, das 09h às 17h, em Goiânia/GO, com fundamento no art. 11, parágrafo único, da Resolução, nº 323/2019¹, c/c artigo 4º, inciso I, da Portaria nº 165/2020²; bem como autorizo o pagamento da inscrição, a aquisição de passagens aéreas, a concessão de diárias, e ainda, a dispensa de ponto da referida servidora durante a participação no evento e para o tempo necessário de deslocamento.

Encaminhe-se à Escola de Contas Públicas, com posterior encaminhamento à Secretaria-Geral de Administração, para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2024.

MARCIO MICHEL
Presidente

¹ “Dispõe sobre as normas gerais referentes à educação corporativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Art. 11.A solicitação de participação dar-se-á mediante indicação da chefia imediata, demonstrado o interesse institucional, seguindo os procedimentos definidos em normativo específico.

Parágrafo único. Cabe à Presidência do Tribunal a autorização para participação em ação de educação corporativa externa, mediante juízo de oportunidade e conveniência da Administração.”

² “Dispõe sobre a participação de servidores e membros em ações de educação corporativa externas.

Art. 4º O afastamento para participação em ações de educação corporativa externas, sem prejuízo da remuneração do participante no período do evento, poderá ocorrer:

I – com ônus integral, quando o custeio abranger a inscrição do evento, a concessão de passagens e diárias;”